

**ATA NÚMERO 185/XII/2.<sup>a</sup> SL**

Aos 12 dias do mês de junho de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Ministério das Finanças no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 151/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2013, aprovada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.
2. Apreciação e votação das atas n.º 180, 181, 182 e 183, referentes às reuniões de 4, 5 e 7 (manhã e tarde) de junho, respetivamente.
3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 138/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando o enquadramento fiscal das compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros, pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e pagos pelas respetivas entidades detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios, bem como das bolsas atribuídas aos praticantes de alto rendimento desportivo, pelo Comité Paralímpico de Portugal, no âmbito do contrato-programa de preparação para os Jogos Surdolímpicos, e dos respetivos prémios atribuídos por classificações relevantes obtidas em provas desportivas de elevado prestígio e nível competitivo.
4. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 145/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas.
5. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 127/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

6. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 398/XII/2.ª (PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE) - 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de Julho, permitindo o reembolso do valor de planos poupança para pagamento de contratos de crédito à habitação.
7. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 700/XII/2.ª (PSD, CDS-PP) - Recomenda ao governo novo alargamento do prazo para o enquadramento dos agricultores no regime geral de IVA.
8. Apreciação e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Eurogrupo – Resultados das apreciações aprofundadas realizadas no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1176/2011 sobre prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos [COM(2013)199].  
Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).
9. Apreciação e votação do relatório sobre o Livro Verde sobre os seguros contra catástrofes naturais ou de origem humana [COM(2013)213].  
Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
10. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a uma delegação da Grande Assembleia Nacional da Turquia, à Comissão de Trabalhadores do IFAP e um conjunto de Trabalhadores do IFAP, e ainda à Comissão de Finanças Públicas do Parlamento Nacional de Timor-Leste.
11. Outros assuntos.

---

**1. Audição do Ministério das Finanças no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 151/XII/2.ª (GOV) – Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2013, aprovada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.**

O Senhor Presidente deu as boas-vindas aos Senhores Secretários de Estado do Orçamento, dos Assuntos Fiscais e da Administração Pública, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 151/XII/2.ª \(GOV\)](#), e recordando o entendimento da Comissão quanto à audição do Senhor Ministro das Finanças.

Foram efetuadas interpelações à Mesa sobre a condução dos trabalhos, em que intervieram, consecutivamente, os Senhores Deputados Honório Novo (PCP), Pedro Filipe Soares (BE), João Galamba (PS), Duarte Pacheco (PSD) e Cecília Meireles (CDS-PP).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Secretário de Estado do Orçamento, que efetuou uma intervenção inicial.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Cristóvão Crespo (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Secretário de Estado do Orçamento respondido, individualmente, às questões suscitadas. O Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais usou, igualmente, da palavra.

Em sede de segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Isabel Santos (PS), Duarte Pacheco (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Jorge Machado (PCP), Mariana Aiveca (BE), Pedro Marques (PS), Honório Novo (PCP) e Hortense Martins (PS), tendo os Senhores Secretários de Estado do Orçamento, dos Assuntos Fiscais e da Administração Pública respondido, em conjunto, às questões colocadas.

No âmbito da terceira ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Honório Novo (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo os Senhores Secretários de Estado do Orçamento, dos Assuntos Fiscais e da Administração Pública respondido, em conjunto, às questões colocadas.

Não se registando solicitações adicionais de uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos membros do Governo, após o que deu por concluída a audição.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

**2. Apreciação e votação das atas n.º 180, 181, 182 e 183, referentes às reuniões de 4, 5 e 7 (manhã e tarde) de junho, respetivamente.**

As atas n.º 180, 181, 182 e 183, referentes às reuniões de 4, 5 e 7 (manhã e tarde) de junho, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade.

**3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 138/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – Proceda à alteração ao Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, clarificando o enquadramento fiscal das compensações e subsídios, referentes à atividade voluntária, postos à disposição dos bombeiros, pela Autoridade Nacional de**

**Proteção Civil e pagos pelas respetivas entidades detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito do dispositivo especial de combate a incêndios, bem como das bolsas atribuídas aos praticantes de alto rendimento desportivo, pelo Comité Paralímpico de Portugal, no âmbito do contrato-programa de preparação para os Jogos Surdolímpicos, e dos respetivos prémios atribuídos por classificações relevantes obtidas em provas desportivas de elevado prestígio e nível competitivo.**

Não tendo sido apresentadas propostas de alteração à [Proposta de Lei n.º 142/XII/2.ª \(GOV\)](#), tendo a Comissão procedido à discussão e votação da iniciativa na especialidade. O registo das propostas de alteração, quadro comparativo, Relatório de Votações e Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da Comissão.

- 4. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 145/XII/2.ª (GOV) – Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação das medidas de política remuneratória adequadas.**

No âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 145/XII/2.ª \(GOV\)](#), a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) propôs a audição da CNPD, tendo em consideração o teor do parecer emitido por esta entidade. Em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Mariana Aiveca (BE), após o que a proposta foi submetida a votação e rejeitada com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e os votos contra de PSD e CDS-PP.

Não se registando sugestões adicionais de audições, foi fixada a data de 25 de junho, pelas 13h, para apresentação das propostas de alteração, com vista à votação na especialidade na reunião de 26 de junho.

- 5. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 127/XII/2.ª (GOV) - Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.**

A Comissão aceitou, por unanimidade, as sugestões constantes da informação n.º 114/DAPLEN/2013, com exceção da alteração proposta ao n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, constante do artigo 2.º da PPL, devendo ser reposta a redação

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

originária. Relativamente à republicação, foram igualmente aceites as propostas de alteração da redação do artigo 4.º do projeto de decreto e de correção das duas remissões (do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 18/2003 para o n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 19/2012; e do n.º 3 do artigo 397.º do CPC para o n.º 3 do artigo 381.º do CPC), tendo a Comissão deliberado que o Decreto deverá aguardar que o CPC, já promulgado, seja publicado em Diário da República, termos em que a sua redação, com referência ao n.º 3 do artigo 381.º, será materialmente correta.

- 6. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 398/XII/2.ª (PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE) - 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de Julho, permitindo o reembolso do valor de planos poupança para pagamento de contratos de crédito à habitação.**

Nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, a redação final do [Projeto de Lei n.º 398/XII/2.ª \(PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE\)](#) foi fixada por unanimidade.

- 7. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 700/XII/2.ª (PSD, CDS-PP) - Recomenda ao governo novo alargamento do prazo para o enquadramento dos agricultores no regime geral de IVA.**

Nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, a redação final do [Projeto de Resolução n.º 700/XII/2.ª \(PSD, CDS-PP\)](#) foi fixada por unanimidade.

- 8. Apreciação e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Eurogrupo – Resultados das apreciações aprofundadas realizadas no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1176/2011 sobre prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos [COM(2013)199].  
Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).**

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado.

- 9. Apreciação e votação do relatório sobre o Livro Verde sobre os seguros contra catástrofes naturais ou de origem humana [COM(2013)213].  
Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).**

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

**10. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas a uma delegação da Grande Assembleia Nacional da Turquia, à Comissão de Trabalhadores do IFAP e um conjunto de Trabalhadores do IFAP, e ainda à Comissão de Finanças Públicas do Parlamento Nacional de Timor-Leste.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado.

**11. Outros assuntos.**

Não foram suscitados outros assuntos.

A reunião foi encerrada pelas 14:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2013

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Medina  
Fernando Virgílio Macedo  
Honório Novo  
Isabel Santos  
João Galamba  
João Pinho de Almeida  
José de Matos Rosa  
Nuno Reis  
Paulo Batista Santos  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Jesus Marques  
Pedro Nuno Santos  
Sónia Fertuzinhos  
Artur Rêgo  
Carlos Silva e Sousa  
Hortense Martins  
Jorge Paulo Oliveira  
Maria das Mercês Borges  
Michael Seufert  
Nuno Serra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Frasquilho